

## O MECANISMO DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

### I

O desemprego em massa parece ser o mais evidente sintoma da depressão econômica. Deve-se esse desemprego à carência de equipamento de capital, isto é, à inadequada acumulação de capital fixo relativamente ao aumento da população? Certamente não. A situação é antes o inverso. Durante a depressão o existente equipamento de capital é utilizado em pequeno grau: o equipamento ocioso é a contrapartida da força de trabalho desempregada. A que se deve atribuir o fato de que o proprietário do equipamento ocioso, que encontra uma oferta permanente de trabalho desempregado, não se empenha na produção? Qualquer empresário individual certamente responderia que isso seria uma proposição não-lucrativa: os preços a que ele poderia vender sua produção nem mesmo cobririam seus custos correntes, isto é, as despesas com matérias-primas, salários, impostos etc. Assim, uma redução dos salários é recomendada como uma forma de superar a depressão. Mas uma das principais características do sistema capitalista é o fato de que o que é vantajoso para um empresário individual não necessariamente beneficia a todos os empresários como classe. Se um empresário reduzir os salários, ele poderá, *ceteris paribus*, expandir sua produção; mas se todos os empresários fizerem a mesma coisa, o resultado será inteiramente diferente.

Suponhamos que os salários em geral são de fato reduzidos, e do mesmo modo os impostos, como contrapartida da diminuição dos ordenados dos funcionários públicos. Assim, os empresários, graças à "melhoria" da relação preços-salários, utilizam seu equipamento em toda capacidade e, conseqüentemente, desaparece o desemprego. A depressão está assim superada? De modo nenhum, visto que os bens produzidos ainda têm de ser vendidos. Agora a produção se elevou consideravelmente e, como resultado do aumento na relação preço-salário, a parte da produção equivalente aos lucros (incluindo a depreciação) dos capitalistas (empresários e rentistas) cresceu ainda mais. Uma pré-condição

para o equilíbrio a esse novo nível mais alto de produção é a de que a parte dela que não é consumida pelos trabalhadores ou pelos funcionários públicos deve ser adquirida pelos capitalistas com seus maiores lucros; em outros termos, os capitalistas devem gastar imediatamente todo seu lucro adicional em consumo e investimento. Todavia, é muito improvável que isso aconteça de fato. O consumo dos capitalistas em geral sofre mudanças, mas muito pequenas no decorrer do ciclo econômico. É verdade que a maior rentabilidade estimula o investimento, mas esse estímulo não funcionará imediatamente, visto que os empresários esperarão até que estejam convencidos da permanência de sua maior rentabilidade. Portanto, o efeito imediato dos maiores lucros será uma acumulação de reservas monetárias nas mãos dos empresários e nos bancos. Mas os bens que são o equivalente dos maiores lucros permanecerão não vendidos. Os crescentes estoques soarão o alarma de uma nova redução dos preços dos bens que não encontram saída. Assim o efeito da redução de custo será anulado. No fim das contas, somente terá ocorrido uma redução de preço, cancelando a vantagem da redução de custo para os empresários, e reaparecerá o desemprego que marcha passo a passo com a subutilização do equipamento.

Na verdade, a diminuição de salário nem mesmo dá como resultado o aumento temporário de produção descrito acima. Não apenas o investimento mas também a utilização do equipamento existente não responderão imediatamente a uma melhoria de rentabilidade. Porque logo depois da redução dos salários e antes que os empresários tentem aumentar a produção com o existente equipamento de capital, dá-se a queda dos preços. Como os empresários não usam imediatamente os recursos, tirados dos trabalhadores, para comprar bens de consumo ou de investimento, a renda da indústria é reduzida no mesmo montante. O que os empresários ganham nas diminuições de salário é logo dissipado por meio do declínio dos preços. Tudo isso pôde ser observado em todos os países durante a depressão mundial dos anos 1931-32, quando a onda de reduções salariais provocou uma rápida queda dos preços em vez de um aumento da produção.

## II

A doutrina dos cortes de salário como saída da depressão é, às vezes, complementada com um remédio contra a queda de preços. A criação de cartéis é recomendada para pôr fim à "competição exacerbada". Suponhamos que tenham sido formados cartéis em todas as indústrias, que os salários foram paulatinamente reduzidos, mas que a diminuída demanda dos trabalhadores não teve qualquer influência sobre os preços, visto que estes foram mantidos pelos cartéis a um nível estabilizado. A "melhoria" relação preço-salário será de alguma ajuda para superar a depressão? É muito improvável que os cartéis investirão os lucros derivados das reduções salariais mais prontamente do que os empresários em condições de "livre concorrência". É mais provável que ocorra o contrário. Assim, em um sistema totalmente cartelizado, do mesmo modo que sob a "livre concorrência", as receitas da indústria diminuirão tanto quanto seus custos, e como os preços permanecem inalterados as vendas dos produtos cairão na mesma proporção em que as receitas decrescem. Portanto, enquanto as reduções de salário não causam qualquer aumento de produção no caso de uma economia competitiva, em um sistema cartelizado elas levam, como resultado da rigidez dos preços, a um encolhimento da produção e a uma elevação do desemprego.

Num sistema "misto", composto de um setor cartelizado e um setor concorrencial, o resultado dos cortes de salário será algo de intermediário: haverá uma queda da produção, mas será mais fraca do que num sistema inteiramente cartelizado.

## III

Segue-se do argumento acima que uma redução dos salários não constitui uma saída da depressão, porque os ganhos não são usados imediatamente pelos capitalistas para a compra de bens de investimento. Tentaremos agora provar o caso contrário: o aumento do investimento *per se* sem uma diminuição do salário causa uma elevação da produção.

Suponhamos que, como resultado de alguma inovação tecnológica importante, há um aumento do investimento associado à sua propagação. Para os capitalistas é possível estimular seus inves-

Deve-se notar que o aumento da produção causará um acréscimo de demanda por dinheiro em circulação e requererá, portanto, um aumento de créditos do Banco Central. Se o Banco reagir a isso elevando a taxa de juros a um nível que provoque o declínio do investimento total num montante igual ao investimento adicional causado pela nova invenção, não haverá um subsequente acréscimo do investimento e uma melhoria da situação econômica. Portanto, a condição para a recuperação econômica é

Suponhamos que a economia se estabilize no fundo da depressão a um nível muito baixo de atividade econômica, e que o investimento, em particular, caiu de tal forma que nem mesmo cobre a reposição do antigo equipamento de capital. Imaginemos que esse equipamento consiste de 2 000 estabelecimentos e que anualmente 100 deles saem de uso, enquanto apenas 60 novos estabelecimentos são construídos. Assim o equipamento de capital anualmente se reduz de 40 estabelecimentos. Todavia, é essa destruição de equipamento que, depois de um período relativamente longo, inicia o movimento de recuperação. Porque, devido à eliminação do equipamento, a mesma demanda é agora atendida por um decrescente número de estabelecimentos, o que, como resultado, eleva seu grau de utilização. Uma vez aumentada assim a rentabilidade do existente equipamento de capital, o nível de investimento também se elevará. Os recursos financeiros para isso serão fornecidos — como descrito na seção anterior — pela criação de poder de compra adicional. Isso dará como resultado um acréscimo na produção de bens de investimento e no emprego dos respectivos ramos industriais. Além disso, a expansão da demanda por bens de consumo dos trabalhadores recém-empregados causará um maior emprego nas indústrias de bens de

25



consumo. Esse aumento geral da produção provoca uma nova elevação da rentabilidade, seguida por uma outra expansão da atividade de investimento, uma nova criação de poder de compra etc.

Esse é, de fato, um processo cumulativo causador de uma firme recuperação. Na medida, porém, em que o investimento começa a exceder o nível da necessária reposição do capital fixo, isto é, uma vez que são anualmente construídos mais estabelecimentos do que os 100 retirados, então aparecem os fatores que freiam a expansão econômica. Do mesmo modo que durante a depressão a retirada de equipamento de capital foi o começo da recuperação, agora a ampliação desse equipamento acaba por provocar a parada da expansão econômica e dá início à fase descendente.

O processo de parada da expansão é o reverso do processo iniciador da recuperação a partir do fundo da depressão. Suponhamos que no cume da expansão o investimento é estabilizado ao nível de 140 estabelecimentos e, como 100 estabelecimentos são anualmente retirados, o equipamento de capital se expande de 40 estabelecimentos por ano. A demanda será atendida por um crescente número de estabelecimentos e, como resultado, o grau de utilização de cada um deles diminuirá. A resultante menor rentabilidade será acompanhada por um declínio no investimento. E do mesmo modo que o acréscimo do investimento no fundo da depressão significou o começo da recuperação da produção e do emprego, teremos agora uma queda da produção e um aumento do desemprego. E esse movimento para baixo se acelerará, do mesmo modo que no período da recuperação as tendências ascendentes eram cumulativas.

Evidentemente o objetivo deste ensaio não é o de apresentar uma teoria completa das flutuações econômicas. Procura-se aqui dar uma idéia geral do mecanismo de uma recuperação "natural" e, particularmente, esclarecer um de seus aspectos. Do que foi dito antes torna-se claro que o investimento tem um efeito favorável sobre a situação econômica somente no tempo em que é efetuado e provê uma saída para o poder de compra adicional. De outro lado, o caráter produtivo do investimento contribui para o enfraquecimento da recuperação e finalmente a estanca, porque é a ampliação do equipamento de capital que, à luz da análise feita acima, causa o colapso da expansão econômica. Encontramos aqui um dos mais notáveis paradoxos do sistema capitalista. A

ampliação do equipamento de capital, isto é, o aumento da riqueza nacional, contém a semente de uma depressão no curso da qual a riqueza adicional se comprova ser apenas potencial. Porque uma parte considerável do capital permanece ociosa e somente torna-se útil na próxima recuperação.

Essa consideração lança alguma luz sobre o problema da intervenção governamental antidepressiva por meio do investimento público, da qual trataremos agora.

## V

Depois de estudar o mecanismo do ciclo econômico, voltemos ao caso em que a recuperação se inicia com uma nova invenção que estimula alguns empresários a embarcar em "investimentos extras". Com esse objetivo, fazendo uso do poder de compra adicional, eles põem em movimento o mecanismo da recuperação. Esse caso é muito parecido com o da intervenção governamental antidepressiva. A fim de passar daquele para este último caso, basta substituir os empresários estimulados a investir — por causa da nova invenção — pelo governo realizador do investimento, o qual é igualmente financiado por meio do poder de compra adicional, com o objetivo de quebrar o impasse da depressão.

Suponhamos que o governo emita letras do tesouro e as venda aos bancos. O governo gasta o dinheiro, por exemplo, na construção de ferrovias. Como no caso descrito antes, cresce o emprego nas indústrias de bens de investimento e, subseqüentemente, também nas indústrias de bens de consumo, como resultado do maior poder de compra dos trabalhadores. Os montantes gastos pelo governo vão como lucros, diretamente ou através das despesas dos trabalhadores, para os bolsos dos capitalistas, e retornam aos bancos como seus depósitos. Do lado dos ativos bancários, o débito governamental cresce em forma de títulos descontados; do lado do passivo, há um aumento de depósitos igual aos lucros adicionais. Assim, o governo se torna devedor dos capitalistas através dos bancos, num montante igual ao valor do investimento efetuado. Ver-se-á que existe uma completa analogia entre o caso agora considerado e o da recuperação resultante de uma nova invenção. E em ambos os casos a maior rentabilidade da indústria

*mão o I é a tração  
é um que causa o  
ciclo de recuperação*

*quanto do governo  
nível de investimento  
monetário*

como um todo estimulará o investimento e assim sustentará a recuperação mesmo se o governo depois reduzir gradualmente sua atividade de investimento. Do mesmo modo que uma recuperação iniciada por uma nova invenção continua depois que o impacto desta última se dilui.

Deve-se acentuar que o padrão adotado de investimento público não é essencial para o efeito da intervenção governamental; o que importa é que esse investimento seja financiado por um poder de compra adicional. A criação de poder de compra para o fim de financiar o déficit orçamentário, qualquer que seja sua causa, provoca um efeito similar. A diferença consiste apenas em que o adicional poder de compra flui inicialmente para outras indústrias. Suponhamos, por exemplo, que o montante obtido pelo desconto dos títulos do tesouro é usado para pagamento de doativos. Nesse caso, o efeito direto da intervenção governamental será sentido nas indústrias de bens de consumo. Somente depois de algum tempo, quando a maior rentabilidade dessas indústrias as induzir a investir, a prosperidade será compartilhada pelas indústrias de bens de investimento. Essa maior atividade de investimento financiada pela criação de poder de compra sustentará a recuperação econômica, que assim continuará mesmo depois de desaparecerem os déficits orçamentários — graças ao aumento das receitas tributárias resultante da elevação das rendas e das vendas.

Assim, depois de algum tempo, o investimento privado “encampa” o investimento público: a prosperidade “artificial” é substituída por uma “natural”, que, acrescente-se, cedo ou tarde — como foi mostrado na seção anterior — chegará ao fim em decorrência da ampliação do equipamento de capital.

Deve-se adicionar que a pré-condição do sucesso da intervenção governamental — e também da recuperação natural — é a possibilidade de suprir a acrescida demanda por créditos através do sistema bancário, sem aumentar demais a taxa de juros. Se a taxa de juros crescesse de tal forma que o investimento privado fosse diminuído numa magnitude exatamente igual à do empréstimo tomado pelo governo, então obviamente não se criaria qualquer poder de compra, mas haveria apenas uma mudança em sua estrutura.